O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.13731553

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DA AÇÃO EMPREENDEDORA: O CASO DO PROGRAMA OUSE CRIAR

Geisiane Antonita do Nascimento[1]

Iano Zaidan Nascimento de Sousa[2]

Maria de Fátima Nóbrega Barbosa[3]

Débora Regina Schneider Locatelli[4]

Luma Michelly Soares Rodrigues Macri[5]

Resumo

A ação empreendedora no setor público visa dar respostas efetivas e inovadoras a uma demanda da sociedade por meio da elaboração e implementação de políticas públicas. O artigo tem o objetivo de analisar o Programa OUSE CRIAR como um caso de ação empreendedora do setor público desenvolvida em instituições de ensino no estado da Paraíba. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e de caráter exploratório, tendo como método de coleta de dados a pesquisa documental. A técnica de tratamento de dados utilizada foi a análise de conteúdo e a análise léxica com auxílio do Iramuteq A partir da análise do programa OUSE CRIAR foi possível detectar os sentidos da ação empreendedora realizada pelo mesmo e concretizada em política pública e práticas que buscam o atendimento das demandas sociais no contexto local. O Programa OUSE CRIAR é uma iniciativa transformadora que integra inovação e empreendedorismo na educação pública, utilizando metodologias ativas e parcerias público-privadas para adaptar o ensino às demandas do mercado. Ao romper com práticas tradicionais, o programa não só desenvolve habilidades empreendedoras nos estudantes, como também promove mudanças socioeconômicas e culturais significativas. Através da cooperação entre diversos setores e a aplicação de princípios éticos, o OUSE CRIAR contribui para a formação de profissionais competentes e cidadãos ativos, fortalecendo a economia local e estimulando a inovação social. Assim, o programa se destaca como um exemplo efetivo de ação empreendedora no setor público, alinhando-se às necessidades da sociedade e gerando valor público e social.

Palavras-chave: Ação Empreendedora; Inovação no Setor Público; Políticas Públicas.

Abstract

Entrepreneurial action in the public sector aims to provide effective and innovative responses to societal demands through the development and implementation of public policies. This article aims to analyze the OUSE CRIAR Program as a case of entrepreneurial action in the public sector developed in educational institutions in the state of Paraíba. The methodology adopted had qualitative and exploratory nature, and method of collection data used was the documentary research. The data processing technique used was content analysis and lexical analysis with the help of Iramuteq. Through the analysis of the OUSE CRIAR program, it was possible to detect the meanings of the entrepreneurial action carried out by it and implemented in public policy and practices that seek to meet social demands in the local context. The OUSE CRIAR Program is a transformative initiative that integrates innovation and entrepreneurship in public education, using active methodologies and public-private partnerships to adapt teaching to market demands. By breaking with traditional practices, the program not only develops entrepreneurial skills in students, but also promotes significant socioeconomic and cultural changes. Through cooperation between different sectors and the application of ethical principles, OUSE CRIAR contributes to the training of competent professionals and active citizens, strengthening the local economy and stimulating social innovation. Thus, the program stands out as an effective example of entrepreneurial action in the public sector, aligning with society's needs and generating public and social value.

Keywords: Entrepreneurial Action; Innovation in the Public Sector; Public Policy.

[1] Mestra em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: geisianne10@hotmail.com

[2] Especialista em Administração Pública Municipal pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: ianozaidan26@gmail.com

[3] Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutora em Recursos Naturais. E-mail: mfnobregabarbosa@gmail.com

[4] Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutora em Administração. E-mail: debora.locatelli@uffs.edu.br

[5] Professora da Universidade Federal de Campina Grande. Doutora em Recursos Naturais. E-mail: luma.michelly@professor.ufcg.edu.br

INTRODUÇÃO

O aumento e complexidade das demandas da sociedade levaram a administração pública a modificar a forma como os problemas sociais são tratados, assim incorporando práticas antes comuns ao setor privado as ações do Estado. Dessa forma, a inovação e o empreendedorismo passaram a ser práticas promissoras no que tange a oferta de serviços públicos em quantidade e qualidade buscando promover o bem-estar comum.

O desconhecimento sobre a aplicação da ação empreendedora no setor público pode mascarar a potencialidade das práticas empreendedoras desenvolvidas no seio da gestão pública no que trata da inovação e atendimentos de objetivos públicos e sociais. Todavia, é preciso estimular os gestores e servidores públicos a desenvolverem práticas empreendedoras, principalmente que possam ser materializadas em políticas públicas.

Por meio do *New Public Management* (NPM), o empreendedorismo vem sendo introduzido à gestão pública. A NPM objetiva a melhoria da administração pública que contêm características rígidas conferindo a gestão características mais flexíveis, eficazes e efetivas, que vem ao encontro da administração gerencial privada. O empreendedorismo no setor público vem a partir desde pensamento, buscando introduzir no setor público inovação para possibilitar soluções mais eficientes às demandas públicas da sociedade, até então inexplorados ou inseridos na administração pública.

Neste sentido de introduzir inovação ao setor público foi criado o Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo na Rede Estadual de Ensino (Ouse Criar) promovido pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT) que visa fomentar empreendedorismo nos jovens. Este estímulo ocorre através da promoção de ações educacionais, tecnológicas e inovadoras que incentivam a criação e aprimoramento contínuo de produtos e processos, culminando em novos empreendimentos baseados em soluções contextualizadas. O Programa é estruturado em três fases, destacando a importância dos métodos científico e crítico, além de reconhecer a tecnologia como ferramenta essencial para projetos empreendedores dos estudantes.

Esta política pública foi escolhida para análise por ter surgido da iniciativa de profissionais da educação em escolas estaduais com o intuito de desenvolver capacidades empreendedoras nos estudantes a partir de práticas educacionais para resoluções de problemas contextualizados. O que possibilitou a geração de empreendimentos e concepção ou melhoria de produtos e\ou processos nas escolas e empreendimentos e\ou inovação de base social.

O Programa Ouse Criar é uma política pública que tem como objetivo inserir o tema de inovação e empreendedorismo no cotidiano escolar, pretendendo formar jovens protagonistas de sua própria vida e buscando desenvolver a capacidade de empreender e solucionar as demandas diárias deste público.

Desta forma, surgiu o seguinte questionamento: como o Programa Ouse Criar representa um caso de ação empreendedora no setor público em instituições de ensino? Outrossim, tem-se como objetivo principal deste estudo: analisar o Programa Ouse Criar como um caso de ação empreendedora do setor público desenvolvida em instituições de ensino no estado da Paraíba, avaliando cada etapa do projeto e identificando a ação dos servidores públicos. Assim, a partir da análise das políticas públicas desenvolvidas pelos empreendedores públicos é possível compreender as ações desenvolvidas em instituições públicas a partir do ponto de vista da ação empreendedora desenvolvida através da cooperação, comportamentos inovadores, abertura a mudanças e assunção ao risco.

Para embasar o estudo foram utilizados marcos conceituais clássicos e contemporâneos em relação aos conteúdos: ação empreendedora; empreendedorismo no setor público; políticas públicas. No que tange aos marcos metodológicos foi realizada a análise de conteúdo categorial conforme Bauer e Gaskell (2017) e Bardin (2016) e a análise dos documentos teve como base os elementos apresentados no *framework* das ações empreendedoras no contexto público (BORGES; CAPPELLE, 2018).

Este estudo está organizado em 5 seções. A primeira delas é a atual introdução. Na segunda parte é apresentado o referencial teórico sobre ação empreendedora, o empreendedorismo no setor público e finaliza com políticas públicas. A terceira seção aborda os procedimentos metodológicos adotados no estudo e logo após vem os resultados e discussões da pesquisa. Por fim, são apresentadas as conclusões e as referências utilizadas para embasar o estudo.

AÇÃO EMPREENDEDORA

O tema ação empreendedora tem sido discutido por alguns pesquisadores no sentido de ampliar as discussões sobre o empreendedorismo. Silva, Andrade e Alcântara (2024) realizaram uma revisão de escopo da literatura sobre ação empreendedora e a partir das análises das pesquisas realizadas nesse tema identificaram algumas categorias de análise que poderão ser utilizadas em pesquisas nesse contexto, quais sejam: exploração de oportunidades; lógicas institucionais; comportamento empreendedor; incerteza; criação de valor; vantagem competitiva e processo empreendedor. Esses achados, além de ampliar a compreensão sobre ação empreendedora sob diversos olhares, levaram os pesquisadores a proporem agendas de pesquisa para cada categoria proposta.

Acerca da oportunidade, uma das categorias de análise proposta por Silva, Andrade e Alcântara (2024) vale destacar as descobertas de Chen, Zhang e Lundmark (2024) acerca da oportunidade empresarial em que os autores trazem de forma metafórica a visão quântica na compreensão da natureza das oportunidades e sugerem que estas não carecem de ser vistas como descobertas ou criadas e sim, como criadas e descobertas. Conforme os autores as contribuições dessa pesquisa podem ser vistas sob três perspectivas: a forma como se pensa em oportunidades tem desdobramentos práticos para teóricos e acadêmicos; contribui para o debate já estabelecido entre a natureza da oportunidade ao incorporar a perspectiva quântica nessa discussão trazendo uma nova visão da questão; por fim, a visão quântica implica que a ontologia e a epistemologia da oportunidade se encontram interligadas. Essa discussão dos autores mostra que a visão quântica apresenta o conceito de oportunidades como potencialidades objetivas, probabilísticas e indeterminadas efetuadas por meio de ações empreendedoras distintas.

No contexto brasileiro,, Borges e Cappelle (2018) elaboraram um *framework* para analisar as ações empreendedoras no contexto público com o intuito de guiar os pesquisadores a conferir o caráter empreendedor a uma ação. As categorias utilizadas no modelo foram: valor público, mudança, esforço coletivo, princípios e valores éticos, bem comum e significado social. Uma ação empreendedora representa esforços coletivos e se pautam em princípios e valores éticos. Conforme os autores, as ações empreendedoras no setor público estão empenhadas com a mudança, têm significado social e mudam a realidade do contexto e dos atores. No que tange ao valor público nesse modelo cabe referenciar o trabalho de Rezende *et al*. (2024) quando chama a atenção que o valor público é essencial para o entendimento e mensuração das estratégias de gestão pública norteando a administração para a eficiência e alcance dos resultados.

EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO

O empreendedorismo no setor público surge das transformações administrativas usadas como estratégias de gestão (SILVA; ANDRADE; LIMA, 2022). A significação do que é o empreendedorismo público diverge bastante podendo ser entendida como um processo que gera valor para os cidadãos, o "burocrata" que produz e implementa programas governamentais vigentes ou o indivíduo que define novas fontes de receitas para suplementar os serviços públicos (ARNOLD, 2019). Esta compreensão quanto a criação de valor para os cidadãos também é compartilhada por autores como Bernier (2014) que também assevera que EP melhora a eficiência através do provimento de melhorias gerenciais podendo ser considerado um instrumento de gestão de organizações públicas (YAZDANSHENAS, 2014).

A compreensão acerca do empreendedorismo público está vinculada a tomada de decisão, inovação e proatividade, sendo uma ou mais ações com capacidade de aperfeiçoar a alocação de recursos com a finalidade de proporcionar proventos à sociedade (BORGES; CAPPELLE, 2020). Deste modo, o ESP tem como particularidade a criação de capital social ou valor, orientação para o risco em certas áreas do serviço público, inovação na prestação de serviços, aproveitamento de recursos, a utilização de parcerias para criar valor acrescentado e resolução de problemas cujo objetivo principal é a geração de benefícios sociais ofertados à sociedade (EDWARDS *et al*., 2002).

O intuito primordial de se introduzir o empreendedorismo no setor público é elevar ao máximo as capacidades das instituições públicas visto que ela concebe um gerenciamento mais estratégico para as organizações graças a seus atributos para gerar no setor público uma capacidade de resposta mais ágil, inovadora e estratégica ao local, desta forma, lidar como é coordenado o processo de gestão da instituição pública é crucial (RESENDE *et al*., 2017).

Os empreendedores públicos procuram gerenciar os recursos para responder aos interesses públicos nominais ou sociais e adotá-lo para melhorar a performance nos objetivos públicos (KLEIN *et al*., 2010), além disso eles direcionam os *stakeholders* de tal modo que possibilite o risco e identifique a coordenação dos recursos do setor público e conseguem visualizar oportunidades no contexto administrativo/político, incrementando o potencial do desenvolvimento da inovação para o setor público requerendo para tanto o suporte político (BERNIER, 2014).

Estudos indicam que o EP no que concerne a tomada de decisão, inovação e proatividade, é um ato que tem o potencial de aperfeiçoar a destinação dos recursos, entretanto é necessário um ambiente organizacional propício ao seu desenvolvimento (BORGES; ROMANIELLO; BRITO, 2016). Assim, ambientes organizacionais altamente burocratizados e avessos a mudanças com estruturas e culturas organizacionais rígidas são menos prováveis de ocorrerem práticas relacionadas ao EP.

O empreendedorismo no setor público tem relação com a inovação e prestação de serviços públicos de um modo que resulta no acréscimo de capital social (YAZDANSHENAS, 2014). Através do EP os governos locais obtêm respostas para a capacidade inovadora de criar ações econômicas que são capazes de diminuir a incerteza e estimular o crescimento econômico (MELISSANIDOU; JOHNSTON, 2019). Yazdanshenas (2014) destaca que além da geração de renda o empreendedorismo público trata com ideias de governança e pode estar junto com situações burocráticas, assim, tornando-se um instrumento na qual as organizações públicas podem instituir novos vínculos com os cidadãos no qual serviços são ofertados, gerados e responsáveis por eles.

Neste contexto, o ambiente é crucial para a formação do perfil empreendedor já que eles são resultado do local na qual estão inseridos e podem ser desenvolvidos e a cultura empreendedora é capaz

de ser um meio estimulante para a configuração de um perfil empreendedor o que está intimamente relacionado com a procura pela autorrealização dos indivíduos (VALADARES; EMMENDOERFER, 2015).

Na realidade os indivíduos atuam como empreendedores a despeito do local, da instituição ou ramo produtivo e ao observarem e gerenciarem oportunidades atuam para o atendimento das demandas sejam elas individuais, coletivas e/ou de interesse público (EMMENDOERFER, 2019). Assim, os empreendedores públicos devem possibilitar o desenvolvimento da interação com os *stakeholders*, gerar confiança e aprender com práticas passadas, estabelecer mapas cognitivos e modelos de negócios para conduzir comportamentos e buscar criar um legado (LIDDLE; MCELWEE, 2019).

Cabe frisar que o EP é capaz de agrupar arranjos únicos de recursos públicos e privados para apreciar os ensejos sociais (KLEIN *et al*., 2010), entretanto, experiências fundamentadas, partilhadas e de domínio público que possibilitaram inovações de modo direto e dentro das instituições pelo empreendedorismo público são poucas (EMMENDOERFER, 2019) o que demonstra um grande potencial a ser explorado.

Decerto é inegável o potencial do empreendedorismo no atendimento às demandas públicas e sociais, todavia há barreiras institucionais e culturais no interior da esfera pública que impossibilita que uma política interna de empreendedorismo se materialize nas instituições públicas (EMMENDOERFER, 2019). Sendo assim, acompanhar e reformular constantemente as ações, reconhecer os bens tangíveis e intangíveis para efeitos estratégicos a serem atingidos, redesenhar novos serviços públicos e estruturas sociais (LIDDLE; MCELWEE, 2019) são necessários.

Diante do exposto, a ação de empreendedores públicos na formulação de políticas públicas demonstra grande potencial no desenvolvimento de ações que atendam às demandas sociais e ampliem a participação de outros atores (sociais, privados) neste processo. Desta forma, na próxima seção será discutido os ciclos de política pública.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Durante anos no Brasil se foi discutido o que era Política Pública e como se poderia implementar no país. Nascida nos Estados Unidos essa prática era vista apenas como área de conhecimento e disciplina acadêmica, acabou se desdobrando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos, não estabelecendo bases teóricas sobre o papel do estado e pulando diretamente para a ênfase e estudos sobre a ação dos governos. Já na Europa a visão era um pouco diferente, essa área era pensada em como o estado poderia por excelência produzir e implementar as políticas (SOUZA, 2006).

O conceito de política pública possui diversos significados caracterizando várias coisas e possuindo maneiras de ser estudado que vai depender do objetivo, da experiência, do ponto de vista e do contexto na qual o "pesquisador" está inserido (SARAVIA, 2006). A política pública também poderá ser vista como um conjunto de decisões para atendimento das necessidades da coletividade mantendo o equilíbrio social ou buscando provocar mudanças em contextos sociais específicos (SARAVIA, 2006).

Para os autores Secci, Coelho e Pires (2019, p. 2), política pública é definida como "uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público" possuindo "dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público", ou seja, para eles o intuito de uma política pública é a correção ou resolução de um problema coletivo.

Estevão e Ferreira (2018) definem as políticas públicas como ferramentas para concretizar os direitos do cidadão mediando o acordo entre o Estado e a sociedade, mas sem garantias que estes direitos sociais sejam efetivados, pois dependem do grau de representatividade que cada parte representada possui. Podendo ainda ser caracterizado como um fenômeno de determinado estágio de desenvolvimento da sociedade, daí o Estado exercer interferência direta para moldar os comportamentos sociais que vão além do papel de polícia, acaba que é primordial a participação social para se poder fazer distinções e impor regras e coerção para o convívio de todos (DERANI, 2004).

É preciso destacar que tanto ao lidar com problemas públicos quanto ao elaborar políticas públicas, é crucial considerar as melhores ferramentas para abordá-los, além de reconhecer os atores-chave envolvidos nesses processos (BARBOSA; EMMENDOERFER, 2023).

As práticas da gestão pública e a implementação das políticas públicas no Brasil começaram a mudar na década de 1970 e ganharam mais impulso na década de 1980 quando se iniciou o processo de democratização do país o que possibilitou processos decisórios e a equidade dos resultados das políticas públicas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (FARAH, 2000).

Em países desenvolvidos a atuação de parceria público-privada e práticas do neoliberalismo foi uma tentativa de conseguir resultados em vários projetos. Na década de 1970 pós-guerra fria a Grã-Bretanha sem muitos meios de conseguir sustentar gastos públicos, como: manutenção de sua rede ferroviária, começou a implementar tais métodos que futuramente se tornaram modelos para vários outros países e economias (JUPE; FUNNELL, 2015).

O país começou a privatizar empresas estatais e oferecer serviços que na sua versão original continua sendo público, porém com qualidade de um serviço privado, proporcionando serviços eficientes e gerando emprego e renda para a população. Também passou a alavancar sua economia e a oferecer serviços com impactos significativos na vida das pessoas, reduzir os gastos públicos que proporcionou ao governo focar em outros ramos como prioridade a exemplo da educação. E isso acaba

fortalecendo uma cultura de inovação e valorização do patrimônio público, a prática empreendedora descentralizada e que as pessoas se apossem da "coisa pública" e passem a pensar que o público é de todos e precisa ser valorizado e cuidado.

Outro claro exemplo de política pública foi no Caribe, a fim de fortalecer suas práticas e escolher formas alternativas de implementação se foi pensando na parceria com ONGS e agências sem fins lucrativos visto que, essas organizações sociais têm o objetivo comum o desenvolvimento e aplicação de recursos para promover o bem social (BOWEN, 2013).

Salienta-se que o formato da política pública dependerá das particularidades do ambiente a que se destina, respeitando as suas singularidades, sendo que seu sucesso está vinculado ao seu estágio de maturidade (SARAVIA, 2006).

FORMULAÇÃO E CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como já conceituada e visto o que é a política pública, faz-se necessária entender sua implementação como também todo o passo a passo até sua efetivação. Para se formular uma política é necessários dois elementos principais: no primeiro caso a definição da agenda com alternativas, o que envolve atenção específica a respeito do problema, já quanto ao segundo fator envolve meios para se conseguir executar a ação (CAPELLA, 2018).

Durante o século XIX, acreditava-se que os problemas sociais seriam passíveis de serem solucionados unicamente com conhecimento apropriado e a aplicação de técnicas específicas. Contudo, ao longo do século XX as coisas começaram a mudar depois que estudos começaram a focar no problema pela perspectiva individual, para então analisar suas causas e propor a adoção de medidas necessárias para sua resolução (CAPELLA, 2018).

Dessa forma, a abordagem passou a ser vista de modo subjetivo para determinadas construções e a identificação de pontos de vista alternativos A maioria dos estudos descrevem que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo que perpassa diferentes fases: identificação do problema, conformação da agenda, formulação, implementação e avaliação (LOTTA, 2019).

Conforme descrito por Lotta (2019), a identificação envolve reconhecer um problema social, como desigualdades, que leva à criação de políticas como Bolsa Família e cotas. Na fase de conformação da agenda, o governo seleciona quais problemas serão priorizados e alocados recursos, refletidos em orçamento e leis. Formulação é o planejamento detalhado de estratégias e soluções para o problema. Implementação é a execução prática das políticas, transformando teorias em ações reais. Por

fim, a avaliação analisa a eficácia das políticas implementadas para garantir que os objetivos sejam alcançados e ajustes sejam feitos se necessário.

A avaliação permite a visualização da efetividade da política pública, analisando-se as estratégias adotadas e os objetivos alcançados (ESTEVÃO; FERREIRA, 2018). As análises desta fase visam elucidar os diversos instrumentos de avaliação empregados, os resultados obtidos em suas múltiplas dimensões (eficiência, eficácia, efetividade, entre outros), os atores participantes do processo avaliativo, bem como os mecanismos de retroalimentação envolvidos (LOTTA, 2019).

Lowi (1964, 1972) tipifica as políticas públicas em: distributivas que distribuem recursos para uns determinados grupos em detrimento da coletividade e procura atender as demandas de todos os grupos que possam exercer resistência ao exercício dos poderes dos governantes. As regulatórias que diz respeito a regulação por meio da junção de políticas distributivas e redistributivas.

As redistributivas são mais coletivas, impõe perdas para certos grupos, divisão de recursos e ganhos incertos para os demais e constitui-se com procedimentos e decisões do governo que reformulam e fazem regras e constituições (MORAES DE SOUZA, 2016). Lowi (1964) enfatiza que a identificação dos tipos, áreas ou grandes categorias de políticas públicas seria um grande problema e sua definição seria dada através do impacto sobre a sociedade ou o impacto esperado.

Cabe destacar que uma política pode transformar-se em outra quando o fluxo se desloca de projetos distributivos para redistributivos ou ocorre o deslocamento distributivo (LOWI, 1972; MORAES DE SOUZA, 2016).

METODOLOGIA

Este estudo adotou a abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Qualitativa por valorizar o aprofundamento e o detalhamento dos contextos empíricos, tratando mais especificamente das interpretações das realidades sociais (BAUER; GASKELL, 2017). E exploratória porque visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema estudado, para assim torná-lo mais claro e posteriormente possibilitar estudos mais aprofundados (GIL, 2019).

A coleta de dados foi por meio de documentos, que são materiais escritos que podem ser utilizados como fonte de informação, como: leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, entre outros (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). O tipo de documento que foi feito pela análise documental foi escrito de acesso aberto e de autoria oficial (LAKATOS; MARCONI, 2021).

Aplicou-se a técnica de análise de conteúdo categorial a partir de dados coletados em documentos e sites oficiais do governo do estado da Paraíba com informações acerca do programa Ouse Criar. Nesse sentido, a técnica de análise de conteúdo é um exemplo de técnica de tratamento de dados bastante difundida no campo das ciências sociais empíricas (BAUER; GASKELL, 2017). A análise de conteúdo categorial caracteriza-se por um processo estruturalista, o qual classifica os elementos que mais são convergentes, separando os textos em unidades (BARDIN, 2016). As categorias a serem analisadas tomaram como base os elementos apresentados no *framework* das ações empreendedoras no contexto público elaborado por Borges e Cappelle (2018) com o intuito de guiar os pesquisadores a conferir o caráter empreendedor a uma ação. As categorias utilizadas foram: valor público, mudança, esforço coletivo, princípios e valores éticos, bem comum e significado social.

Após foi realizada a análise léxica com auxílio do *Iramuteq* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), versão 0.7 alpha 2, que é um software gratuito destinado à realização de análises estatísticas de textos. Esta análise emprega estatística descritiva e relacional para estudar textos, com a criação de categorias naturais, a partir das palavras presentes nos textos, o que pode permitir avanços para os estudos qualitativos (JUSTO; CAMARGO, 2014). Neste estudo foi empregada a classificação hierárquica descendente (CHD), que categoriza os segmentos de texto em função dos seus respectivos termos, tendo a classificação comprovada pelo teste qui-quadrado (x^2) (REINERT, 1990). Outra análise realizada foi a fatorial de correspondência (AFC), que é o cruzamento da frequência de incidência das palavras com as classes advindas da CHD, que por sua vez categoriza os segmentos de texto em função dos seus respectivos termos (SÁ, 1996). Por fim, foi realizada a análise de similitudes que possibilita constatar a quantidade de conexões entre os termos, é uma das principais medidas do grau de conexidade (SÁ, 1996).

Os documentos analisados na análise léxica foram: Lei nº 11.535/2019 que Institui o Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo na Rede Estadual de Ensino (Ouse Criar), o Projeto em desenvolvimento do Programa Ouse Criar (2021) e o Manual do Programa Ouse Criar, sem data. Assim, o corpus foi composto por 3 documentos, os quais foram transformados em texto editável, sendo que 2 últimos foram utilizados os textos a partir da introdução sem as figuras. Depois os textos foram transferidos para o editor de texto LivreOffice 7,2, e salvos em extensão .txt e com a codificação UTF-8.

A seguir são apresentados os resultados e realizadas as discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa OUSE CRIAR e seus beneficiários

A Secretaria de Estado de Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba a partir de 2016 tem realizado uma sucessão de programas, projetos e novos modelos educacionais com o intuito de modificar a estrutura pública no contexto educacional do estado trazendo a temática da inovação e empreendedorismo para o cotidiano escolar principalmente nas Escolas Cidadãs Integrais (ECIs) e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECITs) (PARAÍBA, 2022a). Nesse âmbito, em 2017 houve a inserção do tema de inovação e empreendedorismo no programa de formação de professores Gira Mundo Finlândia no qual professores efetivos da Rede Estadual de Ensino foram encaminhados a Universidade de Tampere na Finlândia, instituição especializada em Ciências Sociais Aplicadas, para a capacitação em metodologias que buscam estimular os discentes a serem protagonistas e transformadores da sua realidade a partir de ferramentas inovadoras (PARAÍBA, 2022a).

O que demonstra que esse movimento de inserção de novos temas aos currículos escolares a partir de metodologias ativas e inovadoras com o intuito de tornar o aluno protagonista no seu desenvolvimento pessoal e profissional apto a atuar no mercado de trabalho e um cidadão ativo capaz de identificar problemas que assolam a sociedade e buscar resoluções para os mesmos não é recente, mas tem ganhado destaque nos últimos anos devido a sua capacidade de transformação do contexto social.

O Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo na Rede Estadual de Ensino é uma prática desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT), sendo claramente uma inovação aberta cujo intuito é incentivar o progresso de jovens empreendedores (PARAÍBA, 2019; Paraíba, 2022b). Outrossim, o OUSE CRIAR é efetivado pela Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia recebendo o apoio Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESQ) (PARAÍBA, 2019) e como colaboradores Centro Universitário UNIFACISA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), STATION.83, Abra Cadabra, Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES), Porto Digital, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), Parque Tecnológico Horizontes de Inovação, Estudo play e Exposição de Tecnologia e Ciência (Expotec) (PARAÍBA, 2022c).

O programa foi adotado a partir da Medida Provisória nº 286/2019 assinada pelo então governador João Azevêdo durante a abertura do Campus Academy 2019 (PARAÍBA, 2023) e ainda

neste mesmo ano tornou-se uma política pública instituída através da lei nº 11.535 publicada no DOE dia 03 de dezembro (PARAÍBA, 2019).

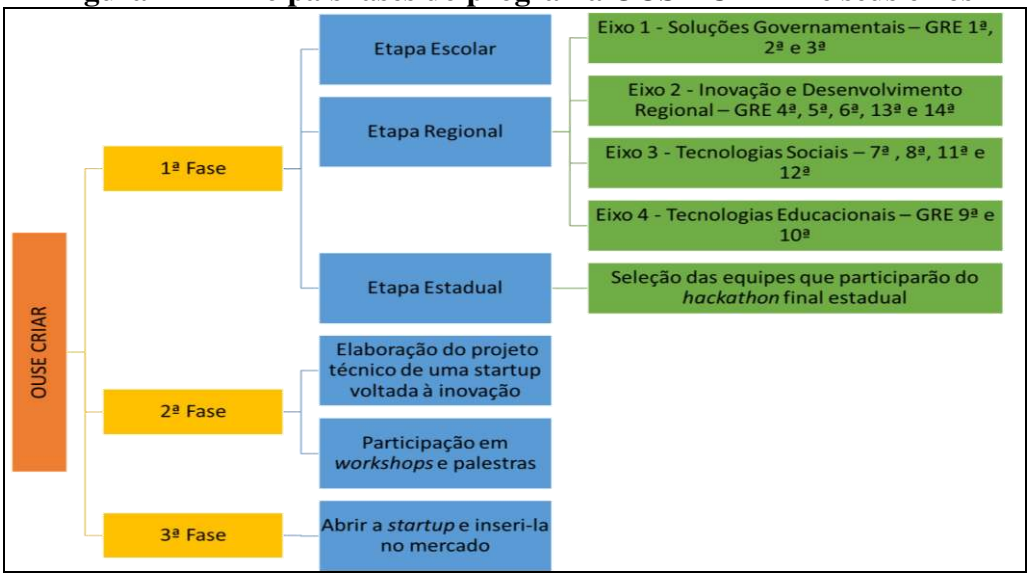
Dentre os principais objetivos do programa tem-se: promover o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado da Paraíba; favorecer a inclusão social e tecnológica através da inovação e do empreendedorismo aos estudantes e egressos da rede estadual de ensino; incentivar a educação empreendedora a partir de métodos desenvolvidos pela rede estadual de educação para este fim pretendendo formar jovens protagonistas autônomos, solidários e capacitados tendo como fundamento seus projetos de vida buscando concepções, conhecimentos e técnicas que contribuam com a solução de demandas diárias compatíveis com o ambiente profissional; impulsionar a formação de redes entre os setores estatais e não estatais desenvolvimento de inovação e empreendedorismo; impulsionando práticas que promovam a inovação a partir de maratonas, *hackathons*, imersões, intercâmbios, dentre outras estratégias de contexto local, regional, estadual, nacional e/ou internacional (PARAÍBA, 2019).

Além das estratégias já mencionadas são adotados o incentivo a grupos de educação empreendedora tutorial para estimular a geração e melhoria contínua de produtos e/ou processos, de negócios e/ou inovação social; executar o Programa Linha de Chegada no qual há o condução a partir de mentorias e/ou consultorias de ideação, planejamento estratégico, resolução de problemas, desenvolvimento de negócios e o direcionamento para elaboração do projeto de vida; introdução de plataforma digital de condução dos projetos, *networking* e desenvolvimento colaborativo (PARAÍBA, 2019).

O OUSE CRIAR tem como fases principais: o *Hackathons* (1º ano do Ensino Médio - EM) composta por três etapas, sendo estas, a Escolar, a Regional na qual são realizadas seis trilhas de inovação, como também maratonas entre as 14 Gerências Regionais de Ensino (GREs) e a etapa Estadual onde as 98 equipes selecionadas durante a etapa anterior participarão do *hackathon* no Campus Academy; Desenvolvimento de projeto (2º ano do EM) na qual ocorrerá a formulação do projeto técnico de uma *startup* direciona à inovação recebendo um auxílio de R$ 5 mil e, Criação das Startups (3º ano do EM) onde além da mentoria será ofertado um aporte de R$ 20 mil, essas fases são realizadas buscando a introdução do empreendedorismo no ambiente escolar dos estudantes a partir de quatro grandes eixos: Soluções governamentais; Inovação e desenvolvimento regional; Tecnologias sociais e Tecnologias educacionais (PARAÍBA, 2020).

A Figura 1, traz de forma sintética as principais fases do programa OUSE CRIAR e seus eixos temáticos, conforme observado a seguir:

Figura 1 – Principais fases do programa OUSE CRIAR e seus eixos



Fonte: Elaboração própria. Baseada no Manual de OUSE CRIAR (2023).

Isto exposto, os beneficiários do programa são discentes e egressos da rede estadual de ensino e discentes de instituições de ensino superior públicas, além desses podem ser incluídos profissionais que operam como mentores, pesquisadores e desenvolvedores (PARAÍBA, 2019). Os discentes egressos podem ser escolhidos para atuarem como mentores (PARAÍBA, 2019).

Para poderem participar do processo seletivo os interessados devem estar atentos à publicação do edital e se atentarem aos critérios estabelecidos no mesmo, sendo estes o desempenho escolar (média final igual ou acima de 7), ter idade entre 18 e 29 anos no ato da inscrição, aptidão das ideias e criatividade, dentre outros (PARAÍBA, 2019).

Cabe destacar que no ano de 2019 não houve investimento no programa, a assistência para a realização dos desafios\ações foram dadas por outros municípios, Empreender PB e escolas, apenas em 2020 que foi estabelecido o valor inicial para as ações do programa R$ 2 milhões e R$ 500 mil e não foi concretizado devido a pandemia da Covid-19, sendo destinado apenas R$ 460 mil para esse fim (PARAÍBA, 2023).

Avaliação de uma Política Pública

O Programa de Educação para Inovação e Empreendedorismo na Rede Estadual de Ensino teve início a partir de vários desafios e maratonas realizadas em salas de aula em escolas da rede estadual e depois integrou, através de *hackathons*, o Campus Academy (PARAÍBA, 2020). Sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba, o programa se caracteriza claramente como uma inovação aberta (*Oppen Innovation*) no qual o estabelecimento de parcerias

público-privadas é fundamentado no modelo da Hélice Tríplice (Governo, Educação e Empresas) como meio de viabilizar o desenvolvimento de capacidades e habilidades nos estudantes compatíveis com as necessidades do contexto mercadológico atual. Assim, cabe destacar os elementos que caracterizam o programa OUSE CRIAR como uma ação empreendedora pública.

Valor Público

O OUSE CRIAR é uma ação empreendedora no setor público, pois partiu da iniciativa de colaboradores que compõem a SEECT/PB e vem provocando mudanças no contexto estadual e local ao romper com as formas tradicionais de ensino utilizando-se de metodologias ativas e inovadoras que possibilitam transformações econômicas e socioculturais o que contribui com o crescimento da economia do estado ao oportunizar a formação de profissionais competentes a atuarem no mercado de trabalho e ao desenvolverem negócios (empreendimentos) que podem gerar emprego e renda a médio e longo prazo e desta forma abarca o primeiro caráter da ação empreendedora, o valor público.

De acordo com Silva, Andrade e Lima (2022), tomar algumas ações da gestão escolar como ação empreendedora no setor público é coerente, visto que visa o estabelecimento do valor público a partir do esforço coletivo dos membros implicados ou organizações na procura de respostas sociais satisfatórias pelo seu compromisso com o bem-estar social.

A partir da análise do programa, observa-se que o entendimento sobre o valor público está de acordo com os pressupostos de Moore (2002), assim ele compreende os valores nos quais as pessoas e a comunidade relacionam com a condição social ademais ao bem-estar individual na qual espera-se que sua realização ocorra a partir da ação individual ou coletiva. O valor público são produtos e resultados gerados, mantidos ou fornecidos pelas ações de uma determinada instituição como resposta concreta e benéfica às demandas de interesse público (BRASIL, 2017), sendo assim o OUSE CRIAR está alinhado a este entendimento, pois ao identificar a necessidade de modificar os currículos escolares incorporaram práticas com o potencial não apenas de desenvolver os estudantes no âmbito pessoal e profissional, mas com a capacidade de transformarem a realidade local.

Cabe destacar ainda que o programa vai além da geração de valor público criando valor social e promovendo também a inovação social. Assim, busca atender às necessidades da sociedade modificando as relações sociais, qualificando os indivíduos, estimulando a inclusão social e o engajamento e dessa forma tem o potencial de estimular a autonomia dos estudantes e promover mudanças econômicas, socioculturais e institucionais locais ou até mesmo regionais.

Mudança

O programa trouxe significativas mudanças nos currículos escolares levando a uma profunda transformação da gestão escolar. A incorporação das temáticas de inovação e empreendedorismo nas instituições educacionais como também a busca por tornar os estudantes autônomos e protagonistas de seu próprio desenvolvimento gerou mudanças na forma como os conhecimentos eram aplicados em sala de aula, o que resultou na necessidade de adotarem-se novas metodologias que fossem alinhadas ao contexto na qual estes estudantes estão inseridos, o que a longo e médio prazo podem gerar mudanças sociais a nível local. E também promovendo um vínculo estreito cheio de confiança e respeito mútuos, como também ajudando no seu convívio no ambiente familiar, social, profissional. Isso porque nesse ambiente de competição os participantes descobrem seus pontos fortes e se esforçam coletivamente para superar e atingir o objetivo.

Essa percepção está alinhada aos pressupostos de Silva, Valadares e Andrade (2016) que destacam que a ação empreendedora no setor público é a resposta a uma necessidade real e inovadora através da formulação de políticas públicas que tenha a capacidade de atender as necessidades voltadas à emancipação política e socioeconômico com o objetivo de favorecer a transformação social.

Além dos ganhos educacionais, o programa tem grande potencial de gerar profundas mudanças socioeconômicas e culturais, tendo em vista que ele busca a criação se empreendimentos, assim como o desenvolvimento de capacidade de empreender nos jovens que de posse dessas habilidades pode contribuir com a geração de emprego local ou serem rapidamente absorvidos pelo mercado. A cultura local também passa a ser afetada, o programa contribui para o estabelecimento de uma cultura aberta, voltada à inovação e ao empreendedorismo que permite a formação de redes de cooperação para atingir os objetivos almejados.

Esforço coletivo

A respeito do esforço coletivo, nota-se que o projeto é fruto da cooperação entre diferentes atores, na qual os membros da comunidade escolar como a SEECT/PB e da colaboração de instituições de ensino foram cruciais para a idealização e desenvolvimento da iniciativa, ao longo do seu desenvolvimento o programa ampliou sua rede de colaboradores requerendo a participação de profissionais da educação, gestores públicos, iniciativa privada, instituições e de membros da sociedade civil.

Contudo, é preciso esclarecer que na ação empreendedora é indiferente quem atua no esforço coletivo, o mais importante é que ela seja praticada com empenhos combinados e empregada de modo coletivo pelos indivíduos e promova possibilidades de mudanças de um ambiente socialmente vulnerável, ou seja, a geração de valor público (BORGES; CAPPELLE, 2018), como é o caso do programa OUSE CRIAR.

Princípios e valores éticos

Outro aspecto bem definido nesta ação empreendedora é o intuito de conseguir resultados benéficos visando o bem comum e estando orientada por princípios e valores éticos habituais da administração pública. A presença de princípios e valores éticos na ação empreendedora pública acarreta credibilidade e confiança, auxiliando na constituição de parcerias e acordos entre o setor público, privado e voluntariado como um todo (SOUSA; PAIVA JÚNIOR; LIRA, 2010).

A análise dessa política pública evidência, como consta em seus objetivos, que a ação se atenta em transmitir aos alunos não apenas conhecimentos relacionados à inovação e a ação empreendedora, mas também princípios e valores éticos formando com isso cidadãos solidários com as mais variadas questões sociais.

Bem comum e significação social

Em favor do bem comum, os empenhos das ações empreendedoras no setor público nas organizações públicas através de sua vinculação com políticas públicas de caráter social, podem evidenciar novas práticas de gestão e de contratualização para solucionar demandas públicas reais presentes na relação entre o Estado e a Sociedade (RESENDE *et al.*, 2017).

Isto pode ser observado no OUSE CRIAR, no qual as ações empreendedoras nas instituições públicas de ensino associadas a políticas públicas geraram novas práticas de gestão educacional, modificando a forma tradicional de ensino, aplicando metodologias ativas e trazendo temas relevantes no contexto social para o ambiente escolar.

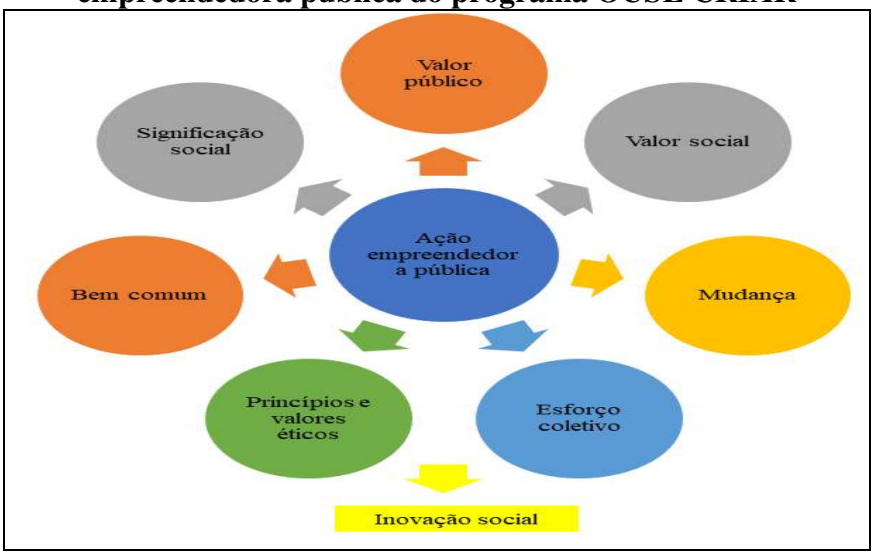
Observa-se que o programa OUSE CRIAR traz uma significação social, pois procura desenvolver projetos que estão alinhados ao contexto no qual esses estudantes estão inseridos e desta forma atendendo a demandas locais.

A função social do programa, apesar de não ser um critério de análise neste estudo, precisa ser evidenciado para compreensão da importância e potencial do programa quanto às modificações nos

processos de ensino e estabelecimentos de metodologias que almejam tornar o aluno protagonista de seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional a partir do desenvolvimento de competências e habilidades cruciais para a prática empreendedora como também promoção da autonomia, solidariedade e competência preparando os estudantes para atuarem como cidadãos ativos e participativos.

A Figura 2 traz os critérios adotados neste estudo com base no *framework* elaborado por Borges e Cappelle (2018) evidenciando as ações empreendedoras observadas no programa OUSE CRIAR. Além dos elementos propostos pelos autores citados, soma-se a estes o valor social e tem-se como resultado a inovação social.

Figura 2 – Elementos que caracterizam a ação empreendedora pública do programa OUSE CRIAR



Fonte: Elaboração própria. Baseada em Borges e Cappelle (2018).

Os resultados iniciais do programa OUSE CRIAR estão sintetizados nos quatorze projetos selecionados no primeiro ano do ensino médio constantes no portfólio do programa. A pandemia da Covid-19 acabou refletindo em alterações quanto à forma como programa é executado, assim o *Hackathon* foi realizado por meio de plataformas digitais e em 2021 os projetos passaram a ser desenvolvidos (PARAÍBA, 2021).

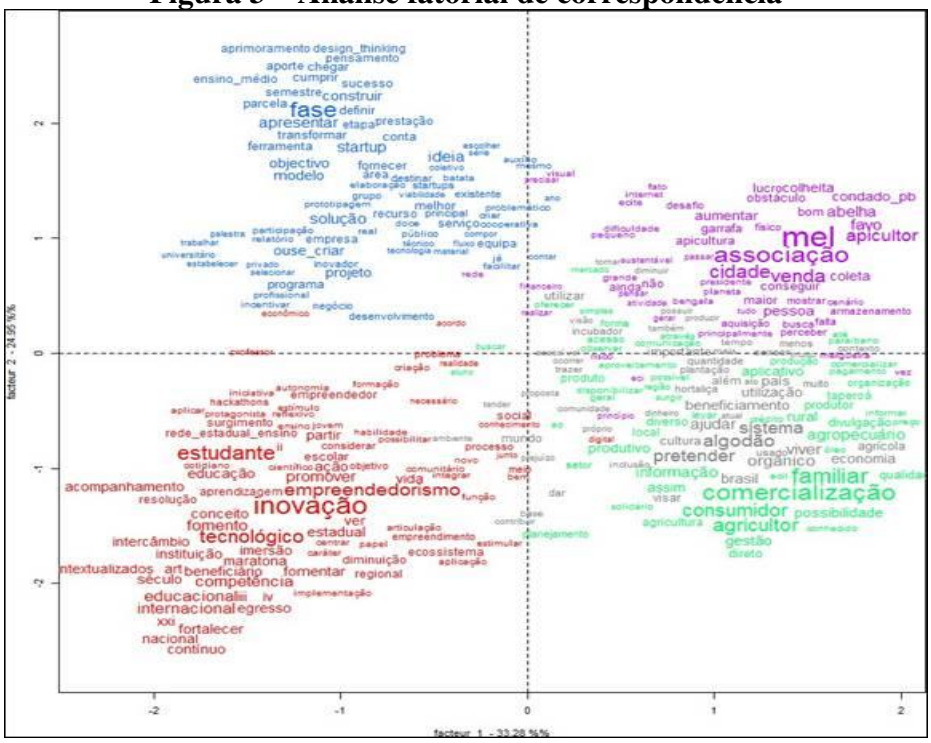
Diante do exposto, a análise dos documentos que tratam sobre o programa OUSE CRIAR como base nos elementos apresentados no *framework* das ações empreendedoras no contexto público elaborado por Borges e Cappelle (2018) oferece raspando para o argumento que a referida política pública é uma ação empreendedora pública, além disso ela também gera valor social e a inovação social, tendo em vista que proporciona a autonomia aos envolvidos no processo buscando atender a demandas da sociedade e a partir de sua prática transforma a realidade local como também proporcionou fortalecimento da economia local por conta da ideias e projetos realizado pelos alunos.

Análise léxica

A análise foi produzida tendo como base 3 documentos referentes ao Programa Ouse Criar, eles foram processados por meio do Iramuteq que gerou 267 segmentos, com ocorrência de 9497 palavras e 1678 formas ativas. Quanto à CHD que é produzida a partir do cruzamento de matrizes de segmentos de textos e palavras, resultou em 5 classes ou grupo diferentes de agrupamentos de palavras, com nível de retenção, 70,04%, o que é considerado bom, pois ele deve ser no mínimo de 60% para ser considerado válido (PÉLISSIER, 2017).

As classes geradas são apresentadas na Figura 3, que apresenta a divisão das classes na AFC.

Figura 3 – Análise fatorial de correspondência



Fonte: Elaboração própria.

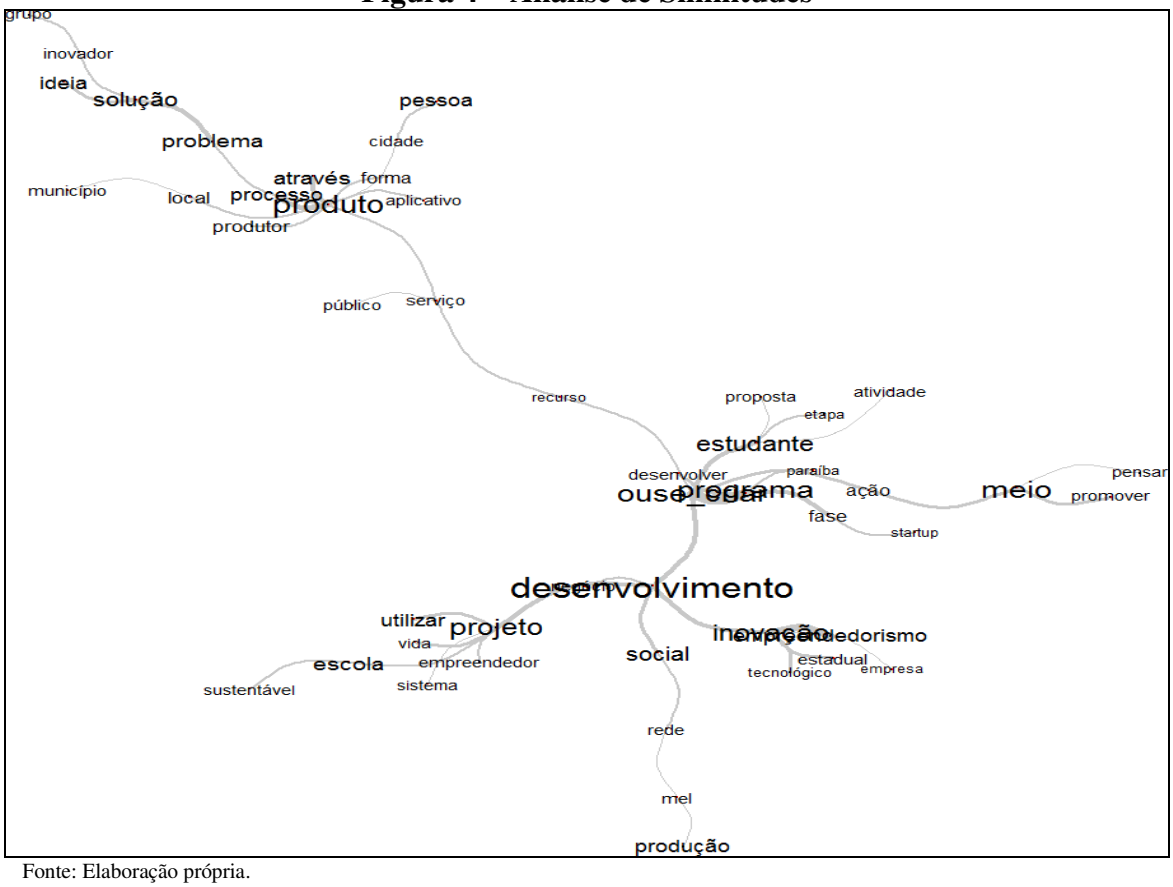
A classe azul obteve o maior grau de retenção, 27,3%, nela destaca-se os termos analisados – fase (40,35 x²), starup (20,96 x²), solução (20,61 x²), ideia (20,29 x²) e apresentar (20,29 x²). Este grupo representa a operacionalização do Programa Ouse Criar, está localizado no quadrante superior do plano cartesiano e isolado das demais classes.

A classe vermelha obteve 17,6% de retenção, tendo como termos chaves: inovação (52,05 x²), estudante (36,06 x²), tecnológico (33,12 x²), empreendedorismo (28,5 x²) e educacional (23,97 x²). Agrupa os termos que representam a intenção de criação do Programa Ouse Criar e está localizada no quadrante inferior do plano, também isolada das demais classes. A classe rosa obteve 20,9% de

retenção, tem como termos em destaque: mel (66,4 x²), associação (44,35 x²), cidade (30,6 x²), venda (30,6 x²) e apicultor (27,6 x²). A classe cinza tem 15,5% de retenção e as palavras em destaque são: algodão (27,99 x²), pretender (37,36 x²), sistema (25,61 x²), orgânico (22,27 x²) e viver (22,27 x²). A classe verde, por sua vez, teve 18,7% de retenção, tendo como termos principais: comercialização (45,88 x²), familiar (41,06 x²), consumidor (31,58 x²), agricultor (31,58 x²) e informação (21,68 x²). As classes rosa, cinza e verde estão todas interligadas e representam os principais projetos desenvolvidos pelos alunos envolvidos no Programa Ouse Criar, os quais tentam resolver problemas do cotidiano da comunidade onde estão inseridos, a exemplo dos projetos: produção e desenvolvimento sustentável do mel em favos com auxílio de garrafas pet; revitalização da cultura do algodão na cidade de Nova Olinda-PB; a tecnologia ajudando a comunidade a empreender na venda de hortaliças. Nessa análise, apesar de aparecerem termos que parecem ser desconexos, fazem todo sentido dentro da realidade do estado da Paraíba, sua economia e contexto das comunidades.

A análise de similitudes foi produzida com as 50 palavras mais citadas, sendo retiradas as que são complementares: como, ao, não, através, mais, mesmo, além, assim, buscar, já e também. Assim, gerando a imagem apresentada na Figura 4.

Figura 4 – Análise de Similitudes



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que como elemento central temos a palavra Programa Ouse Criar, o que já era esperado, pois é o objeto de estudo. A figura mostra a conexão dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Ouse Criar com a essência do próprio programa que é propiciar o desenvolvimento de jovens empreendedores na criação ou melhoria contínua de produtos e/ou processos como no surgimento de novos empreendimentos. É um programa voltado para dar oportunidades aos estudantes e egressos da rede estadual de ensino, daí a expressividade da palavra estudante na figura, ainda, visa dentre outros objetivos estimular a educação empreendedora, com base em seus projetos de vida, descobrindo conceitos, conhecimentos e técnicas que ajudam na solução de problemas do cotidiano com os quais terão de ocupar-se na vida profissional. Enfim, o Programa Ouse Criar é pautado em pessoas com ideias que buscam solucionar problemas que contribuam para o empreendedorismo e a inovação ao desenvolverem produtos e soluções para os problemas locais e regionais onde se encontram inseridos.

CONCLUSÕES

As discussões acerca da ação empreendedora no setor público no que tange o desenvolvimento de políticas ainda são incipientes, assim, este estudo teve como objetivo: Analisar o Programa OUSE CRIAR como um caso de ação empreendedora do setor público desenvolvida em instituições de ensino no estado da Paraíba, com base nos critérios de análise estabelecidos por Borges e Cappelle (2018) com o intuito de guiar os pesquisadores a conferir o caráter empreendedor a uma ação empreendedora pública, sendo estes, valor público, mudança, esforço coletivo, princípios e valores éticos, bem comum e significado social.

O Programa Ouse Criar, iniciado com maratonas e *hackathons* em 2020 pela Secretaria de Educação e Ciência da Paraíba, se destaca como uma inovação aberta e ação empreendedora pública. Utilizando parcerias público-privadas baseadas no modelo Hélice Tríplice, o programa visa desenvolver habilidades empreendedoras e transformar currículos escolares com metodologias ativas.

A partir da análise do programa OUSE CRIAR foi possível detectar os sentidos da ação empreendedora realizada pelo mesmo e concretizada em política pública e práticas que buscam o atendimento das demandas sociais no contexto local. O programa pode ser considerado uma ação empreendedora por gerar mudança e valor público, ser regida por princípios e valores éticos, buscar o bem comum, demandar esforço coletivo requerendo o estabelecimento de parcerias e ter significação social.

Além desses aspectos é importante destacar que o programa é uma inovação aberta que se utiliza de técnicas e metodologias inovadoras no âmbito educacional como também estratégias aplicadas no setor privado e público como o *design thinking* e a prototipagem.

A análise léxica do Programa Ouse Criar, processada pelo Iramuteq, resultou em cinco classes distintas com uma retenção de 70,04%, indicando uma boa validade. A análise léxica revelou cinco classes temáticas: operacionalização, intenção criativa, e projetos práticos como produção de mel e revitalização do algodão, evidenciando a conexão com a realidade local.

A análise de similitudes revelou que o termo central é "Programa Ouse Criar", evidenciando o foco do programa em desenvolver jovens empreendedores e soluções inovadoras para desafios regionais e confirmou que o programa centraliza o desenvolvimento de jovens empreendedores, abordando necessidades locais e promovendo mudanças econômicas e culturais significativas. A ação demonstra valor público e social, além de inovar ao fomentar a autonomia e preparar os estudantes para desafios profissionais e sociais.

O OUSE CRIAR é um exemplo do potencial que a ação empreendedora no setor público pode ter diante das demandas locais, proporcionando a resolução de problemas sociais e acarretando a transformação do contexto no qual é desenvolvida.

Fica evidente que a necessidade de inovação e transformação não se restringe ao setor privado ou empresas de tecnologia. O agente público deve ser o principal facilitador da mudança na sociedade. E foi justamente isso que foi realizado na educação pública no estado da Paraíba. Servidores públicos com sede de inovações ousaram criar o programa, e conseguiram promover inovação na Gestão Pública, impulsionaram o desenvolvimento e orientaram os alunos na busca de resultados.

Considera-se que o objetivo da pesquisa foi atendido. Ao responder à questão de pesquisa, o estudo contribui para evidencialização de como a ação empreendedora no setor público de materializa. O estudo também traz indícios de que os resultados gerados pelo programa OUSE CRIAR podem ampliar seu entendimento não apenas como uma inovação no setor público, mas como uma inovação social.

Todavia ressalta-se que ela possui algumas limitações quanto às estratégias metodológicas adotadas que se limitaram à análise de documentos e a burocracia dos órgãos públicos para poder disponibilizar acesso a documentos e arquivos relacionados a essa política. Como sugestões a pesquisas futuras, recomenda-se a realização de entrevistas juntos aos idealizadores do programa para a identificação de outros aspectos que não estão evidentes nos registros. Também sugerimos a realização de pesquisas na área do empreendedorismo público que identifiquem como a ação empreendedora pode possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, A. "Being alert: bridging theory and practice in public sector entrepreneurship". **International Journal of Public Sector Management**, vol. 32, n. 7, 2019.

BARBOSA, M. F. N.; EMMENDOERFER, M. L. "Políticas Públicas: Renovações na Produção Científica Internacional". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 38, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BERNIER, L. "Public enterprises as policy instruments: the importance of public entrepreneurship". **Journal of Economic Policy Reform**, vol. 17, n. 3, 2014.

BORGES, D. A. H.; CAPPELLE, M. C. A. "Ações empreendedoras e políticas públicas: uma articulação para promover o esporte". **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, vol. 9, n. 4, 2018.

BORGES, D. A. H.; ROMANIELLO, M. M.; BRITO, M. J. de. "Empreendedorismo no Setor Público: a Influência das Características Organizacionais". **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas**, vol. 5, n. 1, 2016.

BOWEN, G. A. "Caribbean Civil Society: Development Role and Policy Implications". **Nonprofit Policy Forum**, vol. 4, n. 1, 2013.

BRASIL. **Decreto n. 9.203 de 22 de novembro de 2017**. Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/06/2024.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018.

CHEN, J.; ZHANG, S. X.; LUNDMARK, E. "A Quantum view of entrepreneurial opportunity: moving beyond the Discovery and Creation views". **Small Bus Economics** [2024]. Disponível em: <wwwwebofscience.com>. Acesso em: 28/08/2024.

DERANI, C. "Política pública e a norma política". **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, n. 41, 2004.

EDWARDS, C. *et al*. "Public entrepreneurship: rhetoric, reality, and context". **International Journal of Public Administration,** vol. 25, n. 12, 2002.

EMMENDOERFER, M. L. **Inovação e empreendedorismo no setor público**. Brasília: Enap, 2019.

ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. "Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas". **HOLOS**, vol. 3, 2018.

FARAH, M. F. S. "Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil". **Organizações e Sociedade**, vol. 7, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

JUPE, R.; FUNNELL, W. “Neoliberalism, consultants and the privatisation of public policy formulation: The case of Britain's rail industry”. **Critical Perspectives on Accounting**, vol. 29, 2015.

JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. “Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais”. *In*: NOVIKOFF, C. *et al*. (eds.). **Caderno de artigos**: XSIAT e II Serpro. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2014.

KLEIN, P. G. *et al*. “Toward a theory of public entrepreneurship”. **European Management Review**, vol. 7, n. 1, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LIDDLE, J.; MCELWEE, G. “Theoretical perspectives on public entrepreneurship”. **International Journal of Entrepreneurial Behavior and Research**, vol. 25, n. 6, 2019.

LOTTA, G. **A política pública como ela é**: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora EPU, 1986.

MELISSANIDOU, E.; JOHNSTON, L. “Ontextualising public entrepreneurship in Greek local government austerity”. **International Journal of Entrepreneurial Behavior and Research**, vol. 25, n. 7, 2019.

MOORE, M. H. **Criando valor público**: gestão estratégica no governo. Brasília: ENAP, 2002.

PARAÍBA. **Edital n. 11/2022 – SEECT/FAPESQ/PB**. João Pessoa: FAPESQ, 2022a. Disponível em: <www.fapesq.rpp.br>. Acesso em: 22/06/2024.

PARAÍBA. **Edital n. 29/2022**. João Pessoa: FAPESQ, 2022b. Disponível em: <www.fapesq.rpp.br>. Acesso em: 22/06/2024.

PARAÍBA. **Lei n. 11.535, de 03 de dezembro de 2019**. João Pessoa: Governo do Estado, 2019. Disponível em: <www.pb.gov.br>. Acesso em: 22/06/2024.

PARAÍBA. **Manual do Programa Ouse Criar**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2020. Disponível em: <www.pb.gov.br>. Acesso em: 22/06/2024.

PARAÍBA. **Ouse Criar**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2023. Disponível em: <www.pb.gov.br>. Acesso em: 22/06/2024.

PARAÍBA. **Programa Ouse Criar**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, 2022c. Disponível em: <www.seect.pb.gov.br>. Acesso em: 22/06/2024.

PARAÍBA. **Projetos em desenvolvimento do programa Ouse Criar**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, 2021. Disponível em: <www.seect.pb.gov.br>. Acesso em: 22/06/2024.

PÉLISSIER, D. **Initiation à la lexicométrie**: Approche pédagogique à partir de l'étude d'un corpus avec le logiciel Iramuteq. Toulouse: Université Toulouse, 2017.

REINERT, M. "Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval". **Bulletin of Sociological Methodology**, vol. 26, 1990.

RESENDE, N. S. M. *et al*. "O Valor Público no Contexto da Nova Governança Pública: uma análise bibliométrica". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 49, 2024.

RESENDE, T. C. *et al*. "Atuação de Empreendedores Públicos na Formulação de um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Juvenil". **Revista de Administração da UFSM**, vol 10, n. 2, 2017.

SÁ, C. P. "Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central". **Temas em Psicologia**, vol. 4, n. 3, 1996.

SARAVIA, E. "Introdução à teoria da política pública". *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: Editora Cengage, 2019.

SILVA, C. A.; ANDRADE, D. M.; ALCÂNTARA, V. C. "Perspectives on entrepreneurial action: a scoping review of the literature". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 18, n. 53, 2024.

SILVA, C. A.; ANDRADE, D. M.; LIMA, J. B. A "Ação Empreendedora no Setor Público: uma Análise da Interação Família-Escola em Instituições Educacionais Públicas". **Anais do IX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Maringá: Anpad, 2022.

SILVA, C. A.; VALADARES, J. L.; ANDRADE, D. M. "Ações Empreendedoras na Gestão Pública: análise do programa crédito solidário (PCS) em um município do sul de Minas Gerais". **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, vol. 15, n. 1, 2016.

SOUSA, J. L.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; LIRA, Z. B. "A abordagem multidimensional do empreendedorismo no setor público: o caso da ação empreendedora da Fundação Joaquim Nabuco". **Revista Gestão e Planejamento**, vol. 11, n. 2, 2010.

SOUZA, C. "Políticas Públicas: uma revisão da literatura". **Sociologias**, vol. 16, 2006.

VALADARES, J. L.; EMMENDOERFER, M. L. "A Incorporação do empreendedorismo no setor público: reflexões baseadas no contexto brasileiro". **Revista de Ciências da Administração**, vol. 17, n. 41, 2015.

YAZDANSHENAS, M. "Designing a Conceptual Framework for Organizational Entrepreneurship in the Public Sector in Iran". **Iranian Journal of Management Studies**, vol. 7, n. 2, 2014.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima